



O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) AND ITS RELATIONSHIP WITH FAMILY FARMING AND LOCAL DEVELOPMENT

EL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS (PAA) Y SU RELACIÓN CON LA AGRICULTURA FAMILIAR Y EL DESARROLLO LOCAL

Antônio Lima Muraro Vidal¹, Nilza Duarte Aleixo de Oliveira², Charles Carminati de Lima³, Suzenir Aguiar da Silva²

e778439

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8439>

PUBLICADO: 07/2026

RESUMO

A agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar e a economia dos municípios brasileiros, principalmente os de pequeno porte, todavia enfrenta vulnerabilidades como baixa renda, acesso restrito a mercados e infraestrutura precária. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge como política pública para fortalecer esse segmento e promover o desenvolvimento local. Este estudo teve como objetivo investigar como as ações desenvolvidas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuem para a valorização da agricultura familiar e para o fortalecimento econômico e social das comunidades locais. Adotou-se a pesquisa bibliográfica, com análise de dados secundários da CONAB, Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, do IPEA e da literatura especializada, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que o PAA atua positivamente nas dimensões econômica, social, institucional e ambiental. No entanto, sua efetividade é limitada por desafios como instabilidade orçamentária, frágil capacidade institucional municipal, precária infraestrutura logística e carência de assistência técnica. A análise da execução financeira entre 2016 e 2025 revelou oscilações que comprometem a previsibilidade do programa. Conclui-se que o PAA é um vetor estratégico de desenvolvimento local, mas seu fortalecimento orçamentário e institucional é indispensável para a construção de territórios rurais mais justos e sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Aquisição de Alimentos. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Local. Segurança Alimentar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Family farming is essential for food security and the economy of Brazilian municipalities, especially small ones, yet it faces vulnerabilities such as low income, restricted market access, and precarious infrastructure. The Food Acquisition Program (PAA) emerges as a public policy to strengthen this sector and promote local development. This study aimed to investigate how actions carried out through the Food Acquisition Program (PAA) contribute to the valorization of family farming and to the economic and social strengthening of local communities. Bibliographic research was adopted, with analysis of secondary data from CONAB, the 2017 Agricultural Census, IBGE, IPEA, and specialized literature, using content analysis technique. The results show that the PAA has a positive impact on economic, social, institutional, and environmental dimensions. However, its effectiveness is limited by challenges such as budgetary instability, weak municipal institutional capacity, precarious logistical infrastructure, and lack of technical assistance. The analysis of financial execution between 2016 and 2025 revealed fluctuations that

¹ Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Mestrando em Gestão do Agronegócio e Sustentabilidade.

² Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutora em Administração.

³ Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutor em Desenvolvimento Regional.



undermine the program's predictability. It is concluded that the PAA is a strategic driver of local development, but its budgetary and institutional strengthening is indispensable for building more just and sustainable rural territories.

KEYWORDS: Food Acquisition Program. Family Farming. Local Development. Food Security. Public Policies.

RESUMEN

La agricultura familiar es esencial para la seguridad alimentaria y la economía de los municipios brasileños, especialmente los de menor tamaño; sin embargo, enfrenta vulnerabilidades como bajos ingresos, acceso restringido a mercados e infraestructura precaria. El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) surge como política pública para fortalecer este segmento y promover el desarrollo local. Este estudio tuvo como objetivo investigar cómo las acciones desarrolladas a través del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) contribuyen a la valorización de la agricultura familiar y al fortalecimiento económico y social de las comunidades locales. Se adoptó la investigación bibliográfica, con análisis de datos secundarios de la CONAB, el Censo Agropecuario de 2017, el IBGE, el IPEA y la literatura especializada, utilizando la técnica de análisis de contenido. Los resultados evidencian que el PAA actúa positivamente en las dimensiones económica, social, institucional y ambiental. Sin embargo, su efectividad se ve limitada por desafíos como la inestabilidad presupuestaria, la frágil capacidad institucional municipal, la precaria infraestructura logística y la carencia de asistencia técnica. El análisis de la ejecución financiera entre 2016 y 2025 reveló oscilaciones que comprometen la previsibilidad del programa. Se concluye que el PAA es un vector estratégico de desarrollo local, pero su fortalecimiento presupuestario e institucional es indispensable para la construcción de territorios rurales más justos y sostenibles.

PALABRAS CLAVE: Programa de Adquisición de Alimentos. Agricultura Familiar. Desarrollo Local. Seguridad Alimentaria. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa lugar central na estrutura agrária brasileira. Ela é responsável por cerca de 23% das terras agricultáveis e gera aproximadamente 67% dos postos de trabalho no campo, totalizando 10,1 milhões de ocupações (CONTAG, 2023). Mais do que números, esse segmento assegura a produção da maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como mandioca, feijão, leite, hortaliças e frutas (FGV, 2025). Além disso, a agricultura familiar dinamiza a economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, contribuindo para fixar as famílias no campo e reduzir o êxodo rural (CONTAG, 2023).

Apesar dessa relevância, os agricultores familiares enfrentam dificuldades estruturais que limitam seu desenvolvimento. Entre os principais problemas estão a baixa renda, o acesso restrito a mercados convencionais, a carência de assistência técnica e extensão rural (ATER) de qualidade, e a precariedade da infraestrutura básica, como estradas, armazenamento e saneamento (Hespanhol, 2013; Miranda; Gomes, 2017; Vieira; Bernardo; Lourenzani, 2015). Essas vulnerabilidades fazem com que muitas famílias dependam de benefícios sociais para



complementar o sustento, evidenciando que a atividade agrícola, por si só, nem sempre garante a reprodução social e econômica no campo (Delgado; Bergamasco, 2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública essencial para a agricultura familiar e a segurança alimentar, com a dupla função de fomentar a produção e o acesso a alimentos por populações vulneráveis (Brasil, 2003). Embora sua consolidação como política de Estado (Lei nº 14.628/2023) represente um avanço, sua efetividade exige orçamento estável e crescente (Brasil, 2023; Perin *et al.*, 2021). Por meio de suas modalidades, o programa atua como vetor do desenvolvimento rural ao integrar segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.

Nessa abordagem, surge a seguinte indagação: como as ações desenvolvidas por meio do PAA contribuem para a valorização da agricultura familiar e para o fortalecimento econômico e social das comunidades locais? Assim, o objetivo deste estudo foi de investigar como as ações desenvolvidas por meio do PAA contribuem para a valorização da agricultura familiar e para o fortalecimento econômico e social das comunidades locais.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de compreender a relação entre o PAA, agricultura familiar e o desenvolvimento local de forma sistematizada, identificando não apenas as contribuições do programa, mas também os obstáculos que impedem seu pleno potencial. Essa análise tende a cooperar com gestores públicos, organizações da agricultura familiar e a sociedade civil na defesa do fortalecimento do programa, especialmente após sua reinstauração pela Lei nº 14.628/2023, que lhe conferiu caráter de política de Estado. É relevante a identificação desses desafios, para melhoria de sua capacidade de transformar realidades locais.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, com análise de dados secundários fundamentada no Censo Agropecuário de 2017, relatórios da CONAB, estudos do IPEA e da FGV, e na literatura especializada sobre desenvolvimento local e agricultura familiar. A interpretação dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (Valle; Ferreira, 2025), permitindo a identificação de categorias temáticas e a integração entre achados quantitativos e qualitativos.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta o referencial teórico sobre a agricultura familiar, o PAA e suas modalidades, bem como as potencialidades e desafios do programa e o desenvolvimento local. A segunda seção descreve a metodologia adotada. A terceira seção expõe os resultados e a discussão, abordando as dimensões produtivas e socioeconômicas da agricultura familiar, a trajetória do PAA e as



evidências empíricas de sua relação com o desenvolvimento local. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do estudo para o programa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Conceituação normativa da Agricultura Familiar

A definição legal da Agricultura Familiar no Brasil é um pilar fundamental para a implementação de políticas públicas e o acesso a linhas de crédito específicas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.326/2006, que instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006). O enquadramento como agricultor familiar está condicionado ao atendimento simultâneo de um conjunto de requisitos socioeconômicos e produtivos, que delimitam o escopo de atuação e o perfil dos beneficiários.

O primeiro critério legal para a definição da Agricultura Familiar refere-se à dimensão da área explorada, que não pode exceder o limite de quatro módulos fiscais (Brasil, 2006). Este indicador, estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não possui um valor fixo em hectares, variando conforme o município e a exploração predominante, refletindo a diversidade regional do país (Landau; Da Silva, 2019).

A utilização do Módulo Fiscal como parâmetro visa garantir que o acesso às políticas de fomento seja direcionado a unidades produtivas de menor escala, cuja viabilidade econômica está intrinsecamente ligada à gestão e ao trabalho familiar. A limitação territorial, portanto, é um mecanismo de política agrária que busca diferenciar a agricultura familiar da agricultura patronal, assegurando a prioridade no apoio estatal a um segmento social específico do meio rural (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018).

Um elemento central na conceituação legal é a predominância da mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento (Brasil, 2006). Este requisito destaca a natureza social e produtiva da unidade, onde o trabalho é majoritariamente fornecido pelos membros da própria família, conferindo-lhe uma identidade distinta no contexto agrário (Barbosa, 2022).

A dependência do trabalho familiar não apenas caracteriza o modo de produção, mas também reforça os laços sociais e a transmissão de saberes intergeracionais, essenciais para a sustentabilidade e resiliência das unidades produtivas (Drebes; Marin, 2014). A legislação reconhece, assim, a importância do núcleo familiar como a principal força motriz e o agente de gestão da propriedade, distinguindo-a de modelos baseados na contratação de mão de obra assalariada externa.



O terceiro requisito estabelece que a maior parte da renda familiar deve ser originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento (Brasil, 2006). Este critério de renda é crucial para atestar a dependência econômica da família em relação à sua atividade rural, confirmando a agricultura como sua principal fonte de sustento.

Contudo, a dinâmica do meio rural contemporâneo, marcada pela pluriatividade, tem levado a debates sobre a flexibilização deste critério, reconhecendo que rendas complementares provenientes de atividades não agrícolas podem ser vitais para a manutenção da unidade familiar e a redução da vulnerabilidade (Bezerra; Maia; Souza, 2025). A exigência legal, portanto, busca um equilíbrio entre a centralidade da produção agrícola e a realidade socioeconômica das famílias, garantindo que o foco das políticas públicas permaneça naqueles cuja subsistência está primariamente ligada à terra.

Por fim, a legislação exige que o estabelecimento ou empreendimento seja dirigido pela família (Brasil, 2006). Este requisito de gestão assegura que as decisões estratégicas e operacionais da unidade produtiva sejam tomadas pelo núcleo familiar, conferindo-lhe autonomia e responsabilidade sobre o processo produtivo.

A direção familiar é um indicativo da capacidade de autogestão e da integração entre o espaço de moradia e o espaço de trabalho, elementos que historicamente definem a agricultura familiar (Silva, 2015). Este enquadramento é vital, pois a gestão familiar não é apenas uma questão administrativa, mas um reflexo da cultura e dos valores que permeiam a produção, sendo um fator determinante para o acesso a programas governamentais desenhados especificamente para apoiar este modelo de organização rural.

1.2. Importância socioeconômica da Agricultura Familiar no Brasil

A relevância socioeconômica da agricultura familiar no Brasil transcende a mera função produtiva, consolidando-se como um pilar de estabilidade social e resiliência econômica nos territórios rurais. Este segmento caracteriza-se por uma multifuncionalidade que integra a produção de alimentos básicos à preservação de ativos ambientais e à dinamização dos mercados locais (Bonnal; Cazella; Maluf, 2008; Konzgen; Salamoni, 2017).

O termo socioeconômico refere-se à interconexão entre os fatores sociais e econômicos que moldam a vida de um indivíduo, grupo ou comunidade. No contexto da agricultura familiar, essa perspectiva é crucial, pois a atividade produtiva não se restringe à lógica estritamente econômica de maximização do lucro, mas está intrinsecamente ligada à reprodução social da família, à manutenção de laços culturais e à gestão do território (Wienke, 2017).



A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia brasileira, promovendo oportunidades de emprego, facilitando a redistribuição de renda e aumentando a segurança alimentar. É responsável por uma parcela considerável da produção agrícola, frequentemente excedendo o agronegócio em termos de diversidade e qualidade nutricional (Cardoso; Pedri; Yamashita, 2018). Outrossim, a agroindústria ligada à agricultura familiar evoluiu, com os produtos processados contribuindo significativamente para a renda dos agricultores, ressaltando a importância das políticas públicas no apoio a esse setor (Passini *et al.*, 2024).

Para além de sua relevância econômica quantificável, a agricultura familiar desempenha um papel estruturante e estratégico na segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Essa centralidade se materializa na produção da maior parte dos alimentos básicos que compõem a dieta cotidiana do país. Cultivos como feijão, mandioca e milho, bem como proteínas animais fundamentais como leite e aves, têm participação majoritária ou muito significativa originária dos estabelecimentos familiares (CONTAG, 2022; Salgado; Dias; Souza, 2020).

A contribuição da agricultura familiar para o PIB não se limita apenas ao valor agregado direto, mas também ao fortalecimento das cadeias produtivas locais, à geração de empregos e à manutenção da vida comunitária no campo. Programas de apoio, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), têm sido decisivos para ampliar o acesso ao crédito e estimular a diversificação produtiva, aumentando a competitividade e a sustentabilidade econômica dos pequenos produtores (FGV, 2025).

Variáveis socioeconômicas que caracterizam a agricultura familiar englobam aspectos demográficos, educacionais, econômicos, produtivos, sociais, ambientais e de infraestrutura, permitindo compreender tanto os desafios quanto as potencialidades desse setor (Silva; Nunes, 2022).

Nesse sentido, o quadro 1 sintetiza tais variáveis, oferecendo uma visão sistematizada que reforça a relevância da agricultura familiar como elemento central das políticas públicas voltadas ao meio rural.

Quadro 1. Variáveis socioeconômicas da agricultura familiar

CATEGORIAS	VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
Demográficas	Idade média dos agricultores; composição familiar; gênero dos responsáveis.	Perfil etário, participação feminina e estrutura familiar na gestão da produção.
Educacionais	Escolaridade; acesso à capacitação técnica.	Nível de instrução e participação em programas de extensão rural.
Econômicas	Renda familiar; fontes de renda; acesso a crédito.	Diversificação de renda, dependência de subsídios e políticas públicas.



Produtivas	Área média dos estabelecimentos; tipo de cultivo; uso de tecnologias.	Dimensão da propriedade, práticas agrícolas e inovação tecnológica.
Sociais	Participação em associações/cooperativas; sucessão familiar.	Envolvimento comunitário e continuidade geracional.
Ambientais	Práticas sustentáveis; preservação de recursos naturais.	Uso de agroecologia, conservação de solo e água.
Infraestrutura	Acesso a transporte, energia, internet, mercados.	Condições de logística e integração com cadeias produtivas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em (Silva; Nunes, 2022; Gonçalves *et al.*, 2025; Delgrossi *et al.*, 2023; Silveira; Montenegro; Pereira, 2023; De Aguiar; Macedo, 2024; Ribeiro; Conceição, 2019).

A análise das variáveis socioeconômicas da agricultura familiar revela a complexidade e a diversidade desse segmento, que vai além da mera produção agrícola. Os aspectos demográficos, como idade e composição familiar, evidenciam o desafio da sucessão geracional, já que muitos jovens migram para centros urbanos em busca de melhores oportunidades (Gonçalves *et al.*, 2025).

No campo educacional, observa-se que a baixa escolaridade ainda limita o acesso a tecnologias e práticas inovadoras, embora programas de extensão rural tenham contribuído para ampliar a capacitação técnica (Delgrossi *et al.*, 2023).

Do ponto de vista econômico, a renda das famílias rurais depende fortemente da diversificação produtiva e do acesso a políticas públicas de crédito e apoio, como o PRONAF, que se tornou essencial para a sustentabilidade financeira dos pequenos produtores (Silveira; Montenegro; Pereira, 2023).

Já as variáveis sociais e ambientais demonstram a relevância da agricultura familiar na preservação de práticas agroecológicas e na manutenção de vínculos comunitários, reforçando seu papel estratégico na promoção da segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais (De Aguiar; Macedo, 2024).

A infraestrutura precária em muitas regiões rurais, marcada pela dificuldade de acesso a transporte, energia e mercados, constitui um dos principais entraves à competitividade da agricultura familiar (Ribeiro; Conceição, 2019). Assim, o quadro apresentado sintetiza não apenas os elementos que caracterizam esse setor, mas também os desafios que precisam ser enfrentados para garantir sua continuidade e fortalecimento no cenário nacional.

1.3. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas modalidades

O PAA configura-se como uma das mais relevantes políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Sua relevância reside na dupla finalidade de incentivar a produção e a comercialização dos produtos da



agricultura familiar e, simultaneamente, promover o acesso à alimentação por parte de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Brasil, 2003).

Instituído originalmente pela Lei nº 10.696/2003, o PAA foi recentemente reinstituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que o consolidou como um instrumento permanente de política de Estado. A regulamentação detalhada do Programa, incluindo suas modalidades de execução, é estabelecida pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023 (Brasil, 2023). A legislação reflete a evolução e a complexidade do PAA, que se adapta a diferentes contextos e necessidades regionais, operando por meio de diversas modalidades.

Conforme o Art. 3º do Decreto nº 11.802/2023, o PAA pode ser executado em cinco modalidades principais, cada uma com objetivos e mecanismos operacionais específicos (Brasil, 2023). O quadro 2 detalha as modalidades e suas características:

Quadro 2. Modalidades de execução do PAA

MODALIDADES	SIGLA	DESCRIÇÃO E OBJETIVO PRINCIPAL
Compra com Doação Simultânea	PAA-DS	Compra de alimentos ou materiais propagativos da agricultura familiar com doação imediata a unidades receptoras (escolas, hospitais, entidades) ou diretamente aos beneficiários consumidores. Visa o acesso à alimentação e o escoamento da produção.
PAA-Leite	PAA-Leite	Compra de leite, que é beneficiado e doado a famílias em situação de insegurança alimentar. Foca no apoio à cadeia produtiva do leite da agricultura familiar e no combate à desnutrição.
Compra Direta	PAA-CD	Compra de alimentos para sustentar preços, formar estoques reguladores ou estratégicos, ou para intervenção em situações de emergência e calamidade pública. Possui um caráter de intervenção no mercado e de segurança alimentar estratégica.
Apoio à Formação de Estoques	PAA-FE	Apoio financeiro para que organizações fornecedoras (cooperativas, associações) constituam estoques de alimentos, permitindo a comercialização posterior em condições mais favoráveis. Visa o fortalecimento da capacidade de gestão e negociação das organizações.
Compra Institucional	PAA-CI	Compra de produtos da agricultura familiar por órgãos da administração pública (federal, estadual, distrital ou municipal) para atender às suas demandas de gêneros alimentícios. A legislação exige que, no mínimo, 30% dos recursos federais para aquisição de alimentos sejam destinados a esta modalidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em Brasil (2023).



Sambuichi *et al.*, (2023) afirmam a importância da diversidade de modalidades do PAA, destacando seus impactos positivos na inclusão econômica e social e no desenvolvimento local. Avaliações de impacto conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) evidenciam que a participação no PAA, particularmente nas modalidades de Compra com Doação Simultânea e Compra Institucional, está associada a incrementos expressivos na renda dos agricultores familiares, com estimativas que oscilam entre 19% e 39% em determinadas regiões do país (IPEA, 2025).

Além do impacto direto na renda, o PAA contribui para a diversificação da produção, o estímulo à organização social e o acesso a novos mercados por parte dos agricultores (Sambuichi *et al.*, 2023; Grisa; Schneider, 2015).

A modalidade de Compra com Doação Simultânea tem se destacado por assegurar um mercado estável aos agricultores familiares, favorecendo a organização coletiva e a profissionalização de cooperativas e associações. Além disso, ao direcionar os alimentos para instituições públicas, como escolas e hospitais, contribui para a diversificação da produção e para a melhoria da qualidade da alimentação oferecida, fortalecendo tanto a segurança alimentar quanto o desenvolvimento local (Triches; Schneider, 2010; Sambuichi *et al.*, 2023).

A Lei nº 14.628/2023 reforçou a importância da descentralização e da participação social na gestão do programa, prevendo a priorização de compras de organizações da agricultura familiar e a articulação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) em todas as esferas. A legislação também estabelece critérios de prioridade para beneficiários, como mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais e agricultores em situação de maior vulnerabilidade (BRASIL, 2023).

Sambuichi *et al.* (2019) destacam que a flexibilidade das modalidades permite ao PAA adaptar-se a diferentes contextos territoriais e perfis produtivos, potencializando seus efeitos. No entanto, a efetiva implementação depende criticamente da capacidade institucional dos entes executores e da articulação intersetorial local (Santana; Ferreira; Souza, 2020).

Com base em Silva, Barim e Murta-Nascimento (2025), o PAA é reconhecido como uma política pública estruturante, por integrar de forma articulada dimensões sociais, econômicas e ambientais. No campo social, o PAA promove a inclusão de agricultores familiares em mercados institucionais, garantindo acesso a políticas de segurança alimentar e nutricional para populações em situação de vulnerabilidade. No aspecto econômico, assegura mercado estável e preços justos para a produção, contribuindo para a geração de renda e para a dinamização das economias locais. Já na dimensão ambiental, incentiva práticas sustentáveis de produção e diversificação agrícola, fortalecendo sistemas alimentares mais resilientes.



Dessa forma, o programa não apenas coopera para a permanência do agricultor no campo, mas também atua como mecanismo de combate ao êxodo rural e de redução da insegurança alimentar, consolidando-se como um instrumento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável e para a efetivação do direito humano à alimentação adequada (Silva; Barim; Murta-Nascimento, 2025).

No contexto amazônico, em particular, o PAA é visto como uma ferramenta estratégica para valorizar a produção local, reduzir os custos de logística e promover circuitos curtos de comercialização, contribuindo para a soberania alimentar regional (Sambuichi; Almeida; Perin, 2021).

A modalidade de Compra com Doação Simultânea é especialmente relevante por criar um canal direto entre a produção familiar e o consumo local, gerando renda imediata e assegurando destino certo para a produção (CONAB, 2025).

A consolidação do PAA como política de Estado, conforme Lei nº 14.628/2023, é um passo crucial, mas sua efetividade a longo prazo dependerá da garantia de um orçamento estável e crescente, capaz de sustentar o desenvolvimento local e a segurança alimentar em todo o território nacional (Brasil, 2023; Perin *et al.*, 2021).

Em suma, o PAA, por meio de suas modalidades legalmente estabelecidas, atua como um poderoso vetor de desenvolvimento rural, articulando as dimensões da segurança alimentar, da geração de renda e do fortalecimento da agricultura familiar.

1.4. Potencialidades e Desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da Agricultura Familiar e o desenvolvimento local

O PAA pode ser entendido como uma ferramenta de atuação governamental que integra estratégias para o setor agrícola e para a garantia da segurança alimentar, ao estabelecer canais de comercialização formais para os produtos oriundos da agricultura familiar (Perin *et al.*, 2022). Sua execução, no entanto, apresenta um conjunto de potencialidades que podem impulsionar o desenvolvimento rural, assim como desafios estruturais e operacionais que podem limitar seu alcance e efetividade (Hespanhol, 2013; Miranda; Gomes, 2017).

As potencialidades do PAA são múltiplas e inter-relacionadas. O programa atua como um mercado institucional garantido, assegurando preços estáveis e uma saída comercial previsível para a produção familiar. Essa estabilidade é crucial para o planejamento produtivo, reduzindo a incerteza e os riscos inerentes à flutuação dos mercados convencionais, o que pode incentivar investimentos e a diversificação da produção (Sambuichi, 2023).



Elias *et al.* (2024) apontam que a participação no PAA está associada a um aumento significativo na renda dos agricultores familiares, contribuindo diretamente para a segurança econômica das famílias.

Dando sequência, o PAA funciona como um vetor de organização social e cooperativismo. A necessidade de articular a produção, logística e comercialização para atender ao programa frequentemente estimula a formação e o fortalecimento de associações e cooperativas de agricultores. Essa organização coletiva amplia a capacidade de negociação, facilita o acesso a crédito e assistência técnica e promove a troca de conhecimentos entre os produtores (Salgado; De Souza, 2022; Moreira *et al.*, 2023).

Uma modalidade de Apoio à Formação de Estoques é exemplar nesse sentido, pois capacita as organizações para uma gestão comercial mais autônoma e estratégica (Do Nascimento *et al.*, 2024; Brasil, 2023).

Uma outra potencialidade reside na promoção da diversificação produtiva e da segurança alimentar local. Ao direcionar a compra para alimentos da sociobiodiversidade e da produção agroecológica, o PAA valoriza cultivos adaptados aos territórios e hábitos alimentares regionais. Isso fortalece circuitos curtos de comercialização, reduz custos de transporte e melhora a qualidade nutricional da alimentação fornecida a escolas, hospitais e entidades assistenciais, criando um círculo virtuoso entre produção saudável e consumo local (Do Nascimento *et al.*, 2024).

Contudo, a materialização das potencialidades apresentadas esbarra em desafios persistentes. O principal deles é a instabilidade orçamentária e política, que compromete a continuidade e a previsibilidade do programa. O PAA sofreu severas reduções de recursos em períodos recentes, gerando descontinuidade que desestabiliza os agricultores e desarticula as cadeias de fornecimento recém-formadas. A consolidação como política de Estado pela Lei nº 14.628/2023 é um avanço, mas depende de dotação orçamentária regular para ser efetiva (Machado; Da Silva, 2025; Teixeira, 2023; Brasil, 2023).

Outro desafio significativo é a capacidade institucional limitada dos entes executores, especialmente em municípios de pequeno porte. A gestão do programa exige expertise em licitação, controle de qualidade, logística de distribuição e prestação de contas, atividades para as quais as secretarias municipais muitas vezes não dispõem de estrutura técnica e humana adequada. Essa fragilidade pode resultar em atrasos nos pagamentos aos agricultores, na burocratização excessiva do acesso e em falhas na logística de coleta e distribuição, desestimulando a participação (Sambuichi *et al.*, 2020; Soares *et al.*, 2024).



A desigualdade no acesso e na participação também constitui um obstáculo. Agricultores com menor capital social, localizados em áreas mais remotas, de base tecnológica mais frágil ou pertencentes a grupos sociais específicos, como mulheres e jovens, podem enfrentar maiores dificuldades para atender aos requisitos sanitários, de escala e de documentação exigidos. Apesar dos critérios de priorização previstos em lei, a efetiva inclusão desses grupos demanda ações afirmativas e assistência técnica diferenciada (Cruz *et al.*, 2020; De Souza *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2024; Brasil, 2023).

Os desafios infraestruturais do meio rural brasileiro, como estradas precárias, falta de unidades de beneficiamento e armazenamento adequado e deficiência em comunicação, impactam diretamente a eficiência do PAA. A logística de coleta em propriedades dispersas geograficamente encarece a operação e pode inviabilizar a participação de produtores em comunidades mais isoladas (Maia; Da Silva Nascimento; Hanke, 2019; Tavares *et al.*, 2025).

Conforme analisado por diversos autores, a efetiva implementação do PAA enfrenta uma série de obstáculos estruturais e operacionais que limitam seu pleno potencial. O quadro 3 sistematiza, a partir dessas e outras referências, os principais desafios do PAA, categorizando-os para uma análise mais clara de suas inter-relações e impactos.

Quadro 3. Catálogo dos principais desafios ao PAA apresentados em estudos científicos

CATEGORIA	DESAFIOS ESPECÍFICOS	REFERÊNCIAS
Institucional e Financeiro	Redução de orçamento, descontinuidade de recursos, instabilidade política e insegurança jurídica.	Perin <i>et al.</i> , 2022; Machado; Da Silva, 2025; Sambuichi <i>et al.</i> , 2020; Teixeira, 2023.
Operacional e Logístico	Dificuldades no transporte, falta de infraestrutura de armazenamento e custos logísticos elevados.	Maia; Da Silva Nascimento; Hanke, 2019; Tavares <i>et al.</i> , 2025; Perin <i>et al.</i> , 2022.
Técnico e Administrativo	Carência de Assistência Técnica e Extensão Rural, burocracia excessiva na documentação e editais complexos.	Machado; Da Silva, 2025; Mossmann <i>et al.</i> , 2017; Vieira; Bernardo; Lourenzani, 2015; Pismel; Tatagiba, 2022; Tavares <i>et al.</i> , 2025; Perin <i>et al.</i> , 2022.
Comercial e Sanitário	Exigências sanitárias inadequadas à pequena escala e sazonalidade da produção e atrasos nos pagamentos.	De Paula; Kamimura; Da Silva, 2014; Teixeira, 2023; Perin <i>et al.</i> , 2022; Cabral, 2025.
Social e Organizacional	Fragilidade na gestão de cooperativas, falta de diálogo entre agricultores e gestores públicos e desafios na sucessão familiar.	Bánkuti <i>et al.</i> , 2017; Perin <i>et al.</i> , 2022; Tavares <i>et al.</i> , 2025; Teixeira, 2023; Pavan <i>et al.</i> , 2025.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025), com base nas referências apresentadas.



A relação do PAA com o desenvolvimento local se estabelece por meio do fortalecimento das cadeias produtivas regionais, possibilitando a geração de renda e a inclusão social das comunidades rurais. Ao priorizar a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, o programa contribui para a dinamização da economia local, promovendo a permanência do homem no campo e a valorização da cultura agrícola tradicional. Além disso, o PAA atua como um mecanismo de estímulo à diversificação da produção, incentivando práticas agrícolas mais sustentáveis e a valorização de produtos regionais, o que reforça a identidade cultural e econômica dos territórios (Becker; Dos Anjos, 2010; Grisa; Porto, 2015; Silva Junior; Almeida, 2014; Souza; De Loreto, 2019).

Outro aspecto relevante é o impacto social do PAA, que vai além da mera transferência de recursos financeiros. O programa promove a articulação entre diferentes atores sociais, incluindo agricultores, organizações comunitárias, gestores públicos e instituições de assistência social, criando redes colaborativas que potencializam os resultados do desenvolvimento local. Essa integração fortalece o capital social das comunidades, ampliando a capacidade de organização e de reivindicação por políticas públicas mais eficazes (Santos; Ferreira; Almeida, 2016; Grisa, 2010; Almeida *et al.*, 2009).

No contexto do desenvolvimento local, o PAA também contribui para a redução das desigualdades regionais, ao direcionar recursos para áreas rurais muitas vezes marginalizadas dos grandes mercados. Essa descentralização das políticas públicas alimentares favorece a inclusão econômica e social, ampliando o acesso a alimentos saudáveis e promovendo a segurança alimentar em níveis municipais e estaduais. Assim, o PAA se posiciona como um instrumento estratégico para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e resilientes (D'Ávila; Silva, 2011; Miranda; Gomes, 2017).

Em síntese, o PAA possui um potencial transformador ao articular geração de renda, organização social, segurança alimentar e promoção do desenvolvimento local. No entanto, sua capacidade de fortalecer substantivamente a agricultura familiar depende da superação de desafios crônicos relacionados à governança, ao financiamento estável, ao fortalecimento da capacidade gerencial local e à redução das desigualdades no acesso.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, este estudo adotou a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, associada à técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos dados secundários coletados. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter



descritivo, voltada à compreensão da relação entre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a agricultura familiar e o desenvolvimento local.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de sistematizar o conhecimento já consolidado sobre o tema, permitindo o diálogo entre diferentes fontes teóricas e empíricas (Gil, 2002). Esse método possibilita a análise de fenômenos complexos a partir de um amplo cenário de publicações científicas, relatórios técnicos e documentos oficiais, sem a coleta direta de dados primários, o que se mostrou adequado ao escopo analítico do artigo.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas complementares. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico em bases científicas indexadas, como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados descritores combinados na língua portuguesa: “Programa de Aquisição de Alimentos”, “PAA”, “agricultura familiar”, “desenvolvimento local”, “segurança alimentar”, “políticas públicas”. O recorte temporal priorizou publicações dos últimos dez anos (2015-2025), sem desconsiderar obras clássicas e legislações estruturantes.

A segunda etapa concentrou-se na coleta de dados secundários provenientes de fontes institucionais oficiais, com destaque para os relatórios anuais de execução financeira e operacional do PAA disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017, referentes aos estabelecimentos familiares, os estudos e notas técnicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), bem como a legislação correlata: Lei nº 10.696/2003, Lei nº 11.326/2006, Lei nº 14.628/2023 e Decreto nº 11.802/2023. Foram incluídos apenas documentos de acesso público, com dados consolidados até o ano de 2025, garantindo a atualidade e a pertinência da análise.

Ao final do processo de triagem e análise de conteúdo, foram selecionados 105 (cento e cinco) artigos científicos, teses, dissertações e documentos técnicos que apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

A análise dos dados coletados foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (Valle; Ferreira, 2025). Essa técnica foi escolhida por permitir a identificação sistemática de categorias temáticas a partir do material textual e numérico, favorecendo a interpretação qualitativa dos achados. O processo analítico seguiu três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na pré-análise, organizou-se o repertório documental, realizando uma leitura flutuante dos artigos, relatórios e dados numéricos, com eliminação de fontes duplicadas ou sem



relevância direta para os objetivos do estudo. Os critérios de inclusão foram: pertinência temática, atualidade e credibilidade das fontes.

Na fase de exploração do material, aplicou-se a codificação temática. Os dados qualitativos e quantitativos foram sistematizados em planilhas eletrônicas e submetidos a processos de categorização. Emergiram quatro grandes dimensões de análise, alinhadas ao referencial teórico: dimensão econômica (geração de renda, mercado institucional, efeito multiplicador); dimensão social (capital social, cooperativismo, segurança alimentar); dimensão institucional (governança, articulação intersetorial, estabilidade orçamentária); e dimensão ambiental (diversificação produtiva, práticas agroecológicas).

Por fim, na fase de tratamento dos resultados, procedeu-se à interpretação fundamentada, relacionando as categorias encontradas com a literatura especializada. Os dados quantitativos referentes aos quadros 4 e 6 foram analisados por meio de estatística descritiva básica, sendo integrados qualitativamente à discussão. A técnica de análise de conteúdo permitiu, ainda, identificar tensões recorrentes na literatura, como a contradição entre o potencial transformador do PAA e sua vulnerabilidade orçamentária, o que enriqueceu a discussão sobre os desafios para a consolidação do programa como política de Estado.

Este estudo não envolveu coleta primária de dados com seres humanos ou organismos vivos, razão pela qual não se submeteu à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa. Como limitação metodológica, destaca-se a dependência de dados secundários, cuja qualidade e periodicidade são determinadas pelas fontes oficiais. Além disso, a análise concentrou-se em recortes regionais e temporais específicos, o que pode restringir a generalização dos achados.

Nos termos da Portaria CNPq nº 2.664/2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica e estabelece a obrigatoriedade de declaração do uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) em qualquer fase da pesquisa, este estudo fez uso ético e transparente dessas tecnologias como recurso auxiliar à investigação científica (Brasil, 2026).

Especificamente, as ferramentas Manus e DeepSeek foram utilizadas para a busca e identificação de periódicos e referências bibliográficas relevantes nas bases de dados científicas; o Claude foi empregado auxiliariamente na tradução de artigos acadêmicos redigidos em língua estrangeira; e o SCISPACE foi utilizado para aprimorar a coesão e clareza de trechos do texto que, em versões preliminares, apresentavam-se confusos ou repetitivos, sem, contudo, alterar o conteúdo científico original ou as ideias do autor.

Reitera-se que todas as ferramentas foram empregadas sob integral supervisão e responsabilidade do pesquisador, não tendo sido gerado conteúdo inédito ou científico sem a devida verificação crítica, conforme recomenda a referida portaria.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Dimensões produtivas e socioeconômicas da agricultura familiar no Brasil contemporâneo

A agricultura familiar, caracterizada pela gestão familiar, pela diversificação de cultivos e pela utilização predominante de mão de obra doméstica, ocupa cerca de 23% das terras agricultáveis e gera aproximadamente 67% dos postos de trabalho no campo, totalizando 10,1 milhões de ocupações. Ademais, sua relevância se manifesta na dinamização econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, contribuindo para a fixação do homem no campo e para a redução do êxodo rural (CONTAG, 2023).

Em termos de produção, a agricultura familiar responde por aproximadamente 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional, destacando-se em cadeias estratégicas como a produção de alimentos básicos (feijão, mandioca, milho, leite e aves), essenciais para a segurança alimentar da população brasileira (CONTAG, 2022).

Esses dados reforçam a relevância da agricultura familiar não apenas como um modo de produção, mas também como um sistema de reprodução social e cultural, em que o trabalho familiar assegura a transmissão de saberes intergeracionais e a integração entre espaço de moradia e espaço de trabalho (Drebes; Marin, 2014; Silva, 2015). Além disso, a pluriatividade tem se mostrado uma estratégia fundamental para complementar a renda e reduzir vulnerabilidades, conforme apontado por Mota *et al.* (2025).

No quadro 4, apresenta-se a produção da agricultura familiar e a contribuição da classe para o PIB, dados processados pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Quadro 4. Produção e contribuição da agricultura familiar no Brasil

PRODUTO PRINCIPAL	AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR
Arroz	11,6%	88,4%
Batata-inglesa	12,2%	87,8%
Feijão de cores	12,4%	87,6%
Ovos de galinha	15,7%	84,3%
Milho	16,9%	83,1%
Trigo	17,2%	82,8%
Bovinos	21,6%	78,4%
Galinhas, Frangos e pintos	22,9%	77,1%
Suínos	31,2%	68,8%
Café arábica	33,8%	66,2%



Feijão-preto	42,4%	57,6%
Fruticultura	44,8%	55,2%
Horticultura	62,2%	37,2%
Leite	62,8%	37,2%
Mandioca	80,0%	20,0%
PIB agropecuário	23,0%	77,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em (FGV, 2025).

A liderança na produção de mandioca, horticultura, leite e a participação relevante em leguminosas e frutas reforça o papel da agricultura familiar como a principal fornecedora de alimentos *in natura* e minimamente processados, essenciais para uma dieta saudável e para o abastecimento do mercado interno (EMBRAPA, 2020).

A estimativa de que a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros destaca sua relevância estratégica, que vai além dos números do PIB, impactando diretamente a saúde pública e a soberania alimentar nacional (Salgado; Dias; Souza, 2020).

Os dados evidenciam que a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos (mandioca, leite, horticultura, fruticultura) e contribui de forma expressiva para o PIB agropecuário (23%). Sua relevância transcende o aspecto econômico, alcançando dimensões sociais e ambientais, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para sua valorização e fortalecimento.

As dimensões socioeconômicas da agricultura familiar brasileira revelam um conjunto de traços estruturais que atravessam as diferentes regiões do país, independentemente das especificidades locais (Delgado; Bergamasco, 2017).

Dito isso, o quadro 5 tem como objetivo apresentar de forma sistematizada os diferentes perfis socioeconômicos identificados entre agricultores familiares em regiões distintas do Brasil, reunindo pesquisas e referências recentes para subsidiar a compreensão das condições estruturais desse segmento.

Quadro 5. Perfis socioeconômicos da Agricultura Familiar no Brasil

AUTORES	LOCAL DA PESQUISA	PERFIL SOCIOECONÔMICO
De Aquino (2020)	Município de Pio IX, Piauí	É caracterizado por famílias que, em sua maioria, residem em moradias próprias e são compostas por 4 a 5 membros, sendo a maior parte dos entrevistados casada e do sexo feminino (70%). No entanto, o grupo apresenta um baixo nível de escolaridade, com 50% dos participantes sem escolaridade formal e 26,7% com ensino fundamental incompleto, o que é um fator limitante para o desenvolvimento econômico. A renda familiar mensal é igualmente baixa, com 65% vivendo com menos de um salário-mínimo e 31,7% com um salário-mínimo, tendo a agricultura e os benefícios sociais como as principais fontes de sustento.
Deponti <i>et al.</i> (2020)	Município de Vale do Café, Rio Grande do Sul	É caracterizado por uma idade média de 42 anos, residência familiar na propriedade rural e cultivo predominante de silvicultura e citricultura. Em termos de renda, pouco mais da metade dos entrevistados auferem até dois salários-mínimos mensais. A escolaridade é baixa, com a maioria possuindo apenas o ensino fundamental incompleto. No que diz respeito à tecnologia, apenas uma pequena fração (16 propriedades) possui itens de comunicação e informática, embora 46,1% dos entrevistados acessem a internet diariamente.
Soares <i>et al.</i> (2022)	Município de Alenquer, Pará	É caracterizado por uma situação de vulnerabilidade e complementação de renda, onde a atividade agrícola familiar serve como um suplemento financeiro, visto que a maioria das famílias é beneficiária do Programa Bolsa Família e/ou recebe aposentadoria, e os rendimentos obtidos com a agricultura não atingem um salário-mínimo. Além disso, a estrutura produtiva é marcada por pequenas propriedades, com 21,4% dos respondentes possuindo menos de 1 hectare, e a mão de obra é predominantemente familiar, com 50% das famílias contando com 2 a 3 membros envolvidos diretamente nas atividades, ao passo que a população jovem tem migrado para centros urbanos em busca de melhores oportunidades de trabalho.
Costa <i>et al.</i> (2024)	Município de Arapiraca, Alagoas	É caracterizado por um baixo nível de escolaridade, com 50% possuindo o Ensino Fundamental incompleto e 4% sendo analfabetos, o que é apontado como um entrave para a adoção de novas tecnologias. A força de trabalho é predominantemente jovem e produtiva, com a maioria dos entrevistados concentrada nas faixas etárias de 30 a 50 anos, e a administração das propriedades é majoritariamente baseada na mão de obra familiar (70%). Contudo, a pesquisa revela uma grande vulnerabilidade em termos de suporte técnico, visto que 62% dos agricultores não recebem nenhum tipo de assistência técnica, o que, somado à baixa realização de análise de solo (90% nunca realizaram), resulta no uso indiscriminado de adubos, adquiridos por conta própria em

		78% dos casos, tornando a atividade mais onerosa e comprometendo o potencial produtivo das culturas.
Silva <i>et al.</i> (2017)	Município de Diamantino, Mato Grosso	É caracterizado por uma população majoritariamente com idade superior a 30 anos e baixo nível de escolaridade, possuindo o ensino fundamental incompleto, o que se reflete em uma renda familiar modesta, de até dois salários-mínimos; apesar disso, a condição de moradia é considerada boa e todos têm acesso à energia elétrica.
César <i>et al.</i> (2025)	Município de Brejinho de Nazaré, Tocantins	É caracterizado por uma população de agricultores familiares, majoritariamente trabalhadores rurais (90%), que vivem com uma renda média equivalente a um salário-mínimo. A escolaridade é predominantemente baixa, com 26% dos entrevistados possuindo apenas o ensino fundamental incompleto e 6% sendo não alfabetizados, embora 28% tenham o ensino médio completo. A comunidade enfrenta desafios significativos de infraestrutura, especialmente em saneamento básico, com problemas de destinação inadequada do lixo, falta de tratamento de água e esgotamento sanitário, além de limitações na educação, que oferece apenas o ensino fundamental inicial na localidade, exigindo o deslocamento dos alunos para a sede do município para dar continuidade aos estudos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em (César *et al.*, 2025; Costa *et al.*, 2024; De Aquino, 2020; Deponti *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2017; Soares *et al.*, 2022).

Os perfis socioeconômicos da agricultura familiar em diversas regiões do Brasil revelam um padrão de vulnerabilidade estrutural, marcado por similaridades que transcendem as especificidades regionais. O traço mais consistente é o baixo nível de escolaridade dos agricultores, com a predominância de ensino fundamental incompleto ou ausência de escolaridade formal (Rocha; Rocha; Rocha, 2023; Ney; Hoffmann, 2003).

Este déficit educacional é um fator limitante para a adoção de novas tecnologias e para a gestão eficiente das propriedades, perpetuando um ciclo de baixa produtividade e renda (Silva, 2015).

Em consonância, a baixa renda familiar é uma realidade generalizada, com a maioria das famílias sobrevivendo com até dois salários-mínimos e, frequentemente, dependendo de benefícios sociais, como aposentadorias e programas de transferência de renda, para a complementação do sustento (Macedo, 2022).

Essa dependência indica que a atividade agrícola, isoladamente, não tem sido suficiente para garantir a reprodução social e econômica dessas famílias, expondo a fragilidade do modelo produtivo e a necessidade de políticas públicas de apoio à renda (Delgado; Bergamasco, 2017).

Adicionalmente, a predominância da mão de obra familiar em pequenas propriedades reforça o caráter tradicional da produção, enquanto a migração da juventude rural para os centros



urbanos, em busca de melhores oportunidades, ameaça a sucessão geracional e a continuidade da atividade agrícola no longo prazo (Giongo, 2024).

Os desafios para a superação dessa vulnerabilidade são complexos e interligados, exigindo uma abordagem intersetorial. O principal obstáculo reside na superação da limitação técnica e de gestão, evidenciada pela carência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de qualidade. A ausência de suporte técnico adequado resulta no uso indiscriminado de insumos e na baixa realização de práticas essenciais, como a análise de solo, o que eleva os custos de produção e compromete o potencial produtivo das culturas (Vieira; Bernardo; Lourenzani, 2015).

Outro desafio crítico é a precariedade da infraestrutura básica no meio rural, especialmente no que tange ao saneamento, abastecimento de água e esgotamento sanitário. A falta de acesso a esses serviços essenciais afeta diretamente a saúde e a qualidade de vida das famílias, além de limitar o desenvolvimento social e econômico das comunidades (Landau *et al.*, 2010; Porto; Sales; Rezende, 2019).

Portanto, a reversão do quadro exige um investimento em políticas que articulem a melhoria da escolaridade, o fortalecimento da ATER, a garantia de acesso a crédito e a modernização urgente da infraestrutura rural, visando a sustentabilidade e a resiliência da agricultura familiar brasileira.

A diversidade e a vulnerabilidade presentes nos diferentes perfis reforçam a necessidade de ações integradas que consideram as especificidades regionais e as múltiplas dimensões da realidade rural familiar.

3.2. Trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a urgência de sua consolidação como política de Estado

O PAA no intervalo de 2016 e 2025 não seguiu uma trajetória linear de crescimento ou declínio, mas sim uma sucessão de ciclos de expansão e contração diretamente associados a mudanças no contexto político e orçamentário do país. Essa instabilidade recorrente impõe sérios limites à capacidade do programa de atuar como instrumento consistente de desenvolvimento local e segurança alimentar (Baratelli; Rizzon, 2024).

O quadro 6 ilustra a execução financeira do PAA no período de 2016 a 2025, em valores (R\$ milhões), e o número de agricultores familiares (em milhares) beneficiados anualmente, fornecendo um panorama essencial para a compreensão da trajetória e dos desafios da política pública no Brasil.

**Quadro 6.** Execução do PAA em números (2016-2025)

ANO	EXECUÇÃO (R\$)	QUANTIDADE (KG)	AGRICULTORES FAMILIARES
2016	191.407.329,97	84.752.577	28.414
2017	100.076.564,21	37.364.337	15.298
2018	60.888.040,84	21.430.945	9.081
2019	39.982.309,46	29.978.437	5.514
2020	217.893.789,74	71.532.630	30.133
2021	18.674.694,88	5.227.255	2.663
2022	65.550.075,26	17.879.369	7.756
2023	590.997.731,85	86.172.483	43.999
2024	204.675.756,14	30.031.108	15.270
2025	295.635.757,66	35.379.466	29.451

Fonte: CONAB [s.d.].

Os dados apresentados no quadro 6 revelam a trajetória do PAA entre 2016 e 2025, expondo tanto sua capacidade de impacto quanto sua vulnerabilidade a oscilações políticas e orçamentárias. Observa-se uma tendência de crescimento nos recursos alocados e no número de agricultores beneficiados em determinados períodos, seguida por fases de retração, o que reflete diretamente a prioridade conferida à política agrícola e de segurança alimentar nos diferentes ciclos de governo (Silva; Barim; Murta-Nascimento, 2025).

A execução financeira do PAA, que se situava em R\$ 191 milhões em 2016, sofreu uma considerável redução nos anos subsequentes, atingindo patamares mínimos no intervalo de 2017 a 2019. Essa queda corrobora as análises de Sambuichi *et al.* (2023) e de veículos de imprensa (Brasil de Fato, 2022), que apontam para uma tendência acentuada de redução do volume de recursos aplicados no PAA, chegando a uma redução de 79% no valor executado em comparação a 2016.

Os picos de execução coincidem com momentos de fortalecimento institucional do Programa e de ampliação do orçamento público direcionado à agricultura familiar, corroborando a assertiva de Sambuichi *et al.* (2020) de que a efetividade do PAA está intrinsecamente ligada à vontade política e à estabilidade de recursos.

Os momentos de queda nos valores executados acarretam uma redução no alcance do Programa, limitando seu potencial de fomentar a diversificação produtiva, fortalecer organizações coletivas e dinamizar economias locais. Essa instabilidade compromete a previsibilidade, um dos pilares do PAA para a garantia de mercado estável e preços justos,



essenciais para o planejamento da produção familiar (Macedo, 2022; Sambuichi *et al.*, 2023; Teixeira, 2023).

Apesar da recuperação recente, a flutuação dos valores executados e do número de agricultores beneficiados ao longo da década em evidência sublinha a necessidade de mecanismos de previsibilidade orçamentária para políticas públicas estruturantes como o PAA (Teixeira, 2023).

A instabilidade não apenas prejudica a renda dos agricultores, mas também fragiliza a rede de segurança alimentar, impactando diretamente as populações em situação de vulnerabilidade que dependem dos alimentos distribuídos pelo programa (Silva; Barim; Murta-Nascimento, 2025).

A consolidação do PAA como política de Estado, conforme Lei nº 14.628/2023, é um passo crucial, mas sua efetividade a longo prazo dependerá da garantia de um orçamento estável e crescente, capaz de sustentar o desenvolvimento local e a segurança alimentar em todo o território nacional (Brasil, 2023; Perin *et al.*, 2021).

Diante do que foi exposto, a análise dos dados de execução não apenas descreve um histórico de avanços e recuos, mas serve como um poderoso argumento para a defesa da priorização orçamentária contínua e do fortalecimento da governança do PAA, assegurando que seus benefícios para a agricultura familiar e o desenvolvimento local sejam perenes e crescentes.

3.3. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar e o desenvolvimento local: evidências empíricas a partir de estudos de caso regionais e sistematização das dimensões econômica, social, institucional e ambiental

Tendo como base os dados coletados e os conceitos estudados, fica evidente que examinar o PAA como uma política capaz de impulsionar o desenvolvimento local (DL), exige combinar informações práticas com diferentes formas de análise. Exemplos práticos e análises de casos específicos relacionados ao PAA e DL ilustram como o programa opera na prática e seus impactos concretos nas comunidades rurais.

Um caso emblemático ocorre no estado do Ceará, onde o PAA tem sido fundamental para fortalecer a agricultura familiar em comunidades semiáridas. Por meio da compra direta de produtos como frutas, legumes e grãos, o programa garantiu uma fonte estável de renda para pequenos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade econômica causada pela irregularidade das chuvas. Além disso, a articulação com escolas públicas locais para a distribuição dos alimentos reforçou a segurança alimentar infantil, demonstrando a integração entre produção local e



políticas públicas de assistência social (Santos; Nascimento, 2014; Mesquita; Bursztyn, 2017; Mesquita; Milhorange, 2019).

Outro exemplo significativo está no município de São João do Piauí, onde o PAA fomentou a criação de cooperativas agrícolas que passaram a organizar a produção e comercialização dos alimentos. Essa organização coletiva permitiu a diversificação dos produtos ofertados, como hortaliças orgânicas e derivados do leite, além de fortalecer o capital social da comunidade. A atuação conjunta entre agricultores, poder público e instituições de apoio gerou um ambiente propício para o DL, com impactos positivos na geração de emprego e na redução do êxodo rural (Sobreira, 2020).

No estado do Rio Grande do Sul, o PAA contribuiu para a valorização de práticas agrícolas tradicionais, especialmente entre comunidades indígenas e quilombolas. A compra regular de produtos típicos dessas culturas, como milho, feijão e mandioca, além de fortalecer a economia local, promoveu a preservação do patrimônio cultural e a autonomia alimentar dessas populações. A iniciativa também fomentou a educação alimentar nas escolas, estimulando o consumo consciente e o respeito às diversidades culturais (Becker; Dos Anjos, 2010; Thies, 2015; Da Rosa; Dal Forno, 2018).

No estado do Pará, o PAA tem apoiado comunidades ribeirinhas e indígenas, promovendo a compra de produtos da pesca artesanal e da agricultura familiar, como açaí, mandioca e peixes típicos da região amazônica. Essa iniciativa fortalece a economia local, preserva os modos de vida tradicionais e contribui para a conservação ambiental, ao incentivar práticas produtivas sustentáveis. A integração com políticas públicas de assistência social e educação alimentar tem ampliado os benefícios do programa para a população local (Oliveira; Assis, 2019).

Esses exemplos evidenciam que o PAA, ao articular a produção familiar com o consumo institucional, atua como um catalisador do DL, promovendo inclusão social, sustentabilidade econômica e cultural. A replicação de práticas exitosas e o fortalecimento das redes de cooperação são essenciais para ampliar o alcance e a eficácia do programa em diferentes contextos regionais.

A partir da análise dos exemplos práticos de atuação do PAA em diferentes contextos regionais, torna-se imperativo estruturar o entendimento de suas contribuições sob uma perspectiva conceitual mais abrangente. Nesse sentido, o quadro 7 sintetiza as quatro dimensões do DL nas quais o PAA exerce influência direta: Econômica, Social, Institucional e Ambiental.



Conforme será demonstrado no quadro 7, cada dimensão é sustentada por contribuições específicas do programa, como a garantia de mercado e o fortalecimento do capital social, e é referenciada por literatura especializada, fornecendo um arcabouço teórico para a avaliação da política pública.

Quadro 7. Dimensões do desenvolvimento local atribuídos pelo PAA

DIMENSÃO DO DL	CONTRIBUIÇÃO DO PAA	REFERÊNCIAS
Econômica	Garantia de mercado, estabilidade de renda e efeito multiplicador local.	Perin <i>et al.</i> (2022); Correa (2018); Gregolin <i>et al.</i> (2018); Elias <i>et al.</i> (2024).
Social	Fortalecimento do capital social, associativismo e cooperativismo.	Santos; Lucena (2022); Alves <i>et al.</i> (2011); Santos; Ferreira; Almeida <i>et al.</i> (2020); Rodrigues; Santos; Melo (2021).
Institucional	Articulação intersetorial de políticas públicas e melhoria da governança.	Silva <i>et al.</i> (2023); Salgado <i>et al.</i> (2021); Grisa <i>et al.</i> (2013).
Ambiental	Incentivo à diversificação produtiva e sistemas mais sustentáveis.	Lima; Nantes (2025); Almeida <i>et al.</i> (2020); Grando (2023); Silva <i>et al.</i> (2017); Silva; Barim; Murta-Nascimento (2025).

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos autores referenciados no quadro.

O quadro 7 evidencia o caráter multidimensional e integrado da política pública. Como demonstrado, o PAA atua simultaneamente nas esferas econômica, social, institucional e ambiental, consolidando-se não apenas como um instrumento de segurança alimentar, mas como um vetor estruturante para a transformação territorial.

Em síntese, o PAA opera como um catalisador do DL de forma sistêmica. Sua eficácia, contudo, depende criticamente da continuidade e do fortalecimento de políticas públicas integradas, da alocação adequada de recursos e da participação ativa dos atores locais em todas as etapas do programa. A replicação de experiências exitosas, como as citadas no Ceará, Piauí, Rio Grande do Sul e Pará, deve ser acompanhada de avaliações contínuas e adaptações contextualizadas, visando maximizar os impactos positivos e promover a construção de territórios mais justos, inclusivos e sustentáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar como as ações desenvolvidas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuem para a valorização da agricultura familiar e para o fortalecimento econômico e social das comunidades locais. Por meio da pesquisa



bibliográfica e da análise de conteúdo de dados secundários da CONAB, do IBGE, do IPEA e da literatura especializada, foi possível alcançar o objetivo proposto.

Os resultados evidenciam que a agricultura familiar, apesar de sua reconhecida importância socioeconômica, ocupar 23% das terras agricultáveis, gerar 67% dos empregos no campo e responder por 23% do PIB agropecuário, enfrenta vulnerabilidades estruturais persistentes, como baixa escolaridade, renda insuficiente, carência de assistência técnica e infraestrutura precária. Essas fragilidades justificam a existência de políticas públicas de apoio, dentre as quais o PAA se destaca.

Quanto ao PAA, verificou-se que suas cinco modalidades atuam como canais estratégicos para garantir mercado, estabilidade de preços e renda para os agricultores familiares. O programa mostrou-se capaz de fortalecer o cooperativismo, estimular a diversificação produtiva e promover a segurança alimentar de populações vulneráveis.

No que tange ao desenvolvimento local, a análise dos estudos de caso e a sistematização das quatro dimensões demonstraram que o PAA atua como vetor de transformação territorial. Ele gera efeito multiplicador na economia local, fortalece o capital social e as organizações coletivas, articula políticas públicas intersetoriais e incentiva práticas produtivas mais sustentáveis.

Contudo, os dados de execução financeira do período 2016-2025 revelaram uma trajetória marcada por instabilidade orçamentária. Houve quedas expressivas nos recursos aplicados entre 2017 e 2019 e novamente em 2021, seguidas de recuperação em 2023 e 2025. Essa oscilação compromete a previsibilidade que o programa precisa oferecer aos agricultores e fragiliza as redes de segurança alimentar construídas localmente. Os principais desafios identificados incluem: a descontinuidade política e orçamentária; a frágil capacidade institucional de municípios de pequeno porte; as dificuldades logísticas e de infraestrutura no meio rural; as exigências sanitárias inadequadas à pequena escala; e a limitada assistência técnica aos produtores.

Diante disso, conclui-se que o PAA se configura como um instrumento estratégico e multidimensional de desenvolvimento local, mas sua efetividade plena depende da superação desses desafios. A reinstauração do programa pela Lei nº 14.628/2023 foi um avanço importante ao conferir-lhe caráter de política de Estado. No entanto, sem a garantia de dotação orçamentária estável e crescente, sem o fortalecimento da capacidade gestora municipal e sem a ampliação do acesso à assistência técnica e à infraestrutura rural, o PAA continuará refém de ciclos políticos e terá seu potencial limitado.



Como contribuição prática, este artigo oferece um panorama sistematizado das potencialidades e obstáculos do PAA, podendo subsidiar gestores públicos, organizações da sociedade civil e agricultores na defesa e no aprimoramento do programa. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de campo que investiguem, a partir da percepção direta dos agricultores familiares, os impactos reais do PAA em diferentes territórios, bem como análises comparativas com outras políticas de compras institucionais.

Em suma, o PAA é mais do que um programa de aquisição de alimentos: é uma ferramenta de cidadania, de inclusão produtiva e de desenvolvimento local. Sua consolidação definitiva exigirá vontade política, participação social e orçamento compatível com a magnitude dos desafios da agricultura familiar brasileira.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo *et al.* Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2009.

ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro de Souza *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de Big Push Ambiental para a sustentabilidade no Brasil. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Repositório de casos sobre o big push para a Sustentabilidade no Brasil. Brasília, DF: Autor**, 2020.

ALVES, Venícios Oliveira *et al.* O Associativismo na agricultura familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 66-88, 2011.

BÁNKUTI, Sandra Mara Schiavi *et al.* Comercialização de produtos agroalimentares pelo PNAE e PAA: um estudo com agricultores familiares no Paraná, Brasil. Submetido em 17 maio 2016, aprovado em 1º maio 2017. 16 p.

BARBOSA, Isabela Ferreira dos Santos. **Evolução da mão de obra empregada na agricultura familiar do Brasil entre 2006 e 2017**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; RIZZON, Renata Cristina. O avanço da insegurança alimentar e o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil. **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 54-69, 2024. DOI: 10.51359/2675-3472.2024.262347.

BECKER, Cláudio; DOS ANJOS, Flávio Sacco. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.



BEZERRA, Graziela Gomes; MAIA, Alexandre Gori; SOUZA, Elyson Ferreira de. Segurança alimentar e pluriatividade na Amazônia brasileira: um estudo sobre pequenos estabelecimentos rurais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, p. e00002924, 2025.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir A.; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 16, n. 2, p. 185-227, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de julho de 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 138, p. 1, 21 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14628.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 163, n. 46, p. 12-15, 10 mar. 2026. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 10 mai. 2026.

BRASIL DE FATO. Como a redução de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/19/como-a-reducao-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CABRAL, Saiuri. Aplicabilidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): evidências da agricultura familiar no Brasil. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – **Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões**, Palmeira das Missões, 2025.

CARDOSO, Elisa dos Santos; PEDRI, Eliane Cristina Moreno de; YAMASHITA, Oscar Mitsuo. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Nativa**, Sinop, v. 6, n. 2, p. 124-133, mar./abr. 2018.

CÉSAR, Jussana Ferreira *et al.* Perfil socioeconômico da agricultura familiar da comunidade quilombola Malhadinha, município de Brejinho de Nazaré, TO. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 7, p. e10314749282-e10314749282, 2025.



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Conab em Números, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://conabemnumeros.conab.gov.br/paa.html>. Acesso em: 18 dez. 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS). Brasília: **Conab, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/paa/CARTILHAPAA.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2022**. Brasília, DF: CONTAG, 2022. Disponível em: [https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1601180/#:~:text=A%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Trabalhadores,68%25%20do%20total\)%E2%80%9D](https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1601180/#:~:text=A%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Trabalhadores,68%25%20do%20total)%E2%80%9D). Acesso em: 23 nov. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2023**. Ano 3. Brasília: CONTAG, julho de 2023. 208 p. Disponível em: https://www.fetaesc.com.br/sistema/sys/componente_comum/tinymce/plugins/filemanager/source/ANU%C3%81RIO%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%202024.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.

CORREA, Bianca Sampaio. **O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha - zona rural de São Luís**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

COSTA, Julio César Calixto *et al.* Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Arapiraca, Alagoas. **Revista de Ciências Agro-Ambientais**, v. 22, n. 1, p. 1-7, 2024.

CRUZ, Nayara Barbosa da *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, p. e226850, 2020.

D'ÁVILA, Claudia Aparecida Romeiro; SILVA, Sandro Pereira. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de políticas públicas**, v. 15, n. 2, p. 335-346, 2011.

DA ROSA, Tatiana Fátima Stürmer; DAL FORNO, Marlise Amália Reihner. Os efeitos do PAA e PNAE nas Práticas Organizacionais de Cooperativas e Propriedades da Agricultura Familiar no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 105-137, 2018.

DE AGUIAR, Leonardo Orlando Campos; MACEDO, Luís Otávio Bau. Desafios e oportunidades da agricultura familiar e a conservação ambiental no Brasil: revisão bibliográfica do acervo da plataforma scopus no período de 2013 a 07/2023. **REVISTA DELOS**, v. 17, n. 62, p. e3060-e3060, 2024.

DE AQUINO, Joacir Rufino *et al.* Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. Suplemento Especial, p. 113-131, 2020.



DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, v. 470, 2017. Disponível em: https://cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

DELGROSSI, Mauro Eduardo *et al.* O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, p. e271282, 2023.

DEPONTI, Cidonea Machado *et al.* O perfil, o uso e a apropriação de TIC pela agricultura familiar do Vale do Cai-RS, Brasil. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 6, n. 1, p. 42-77, 2020.

DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; DA SILVA, José Luís Gomes. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.

DE SOUZA, Sthephany Rayanne Gomes *et al.* Food purchase from family farming in public institutions in the northeast of Brazil: A tool to reach sustainable development goals. **Sustainability**, v. 15, n. 3, p. 2220, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/15/3/2220?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 dez. 2025.

DO NASCIMENTO, Antônio Daniel Lima *et al.* A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 10, n. 1, p. e1001182-e1001182, 2024.

DREBES, Laila Mayara; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância e trabalho na agricultura familiar: transmissão de saberes em um contexto de transformações legislativas. **Encontro Internacional de Ciências Sociais**, v. 4, 2014.

ELIAS, Lilian de Pellegrini *et al.* **Efeitos das compras públicas na renda de agricultores familiares no Brasil**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: Ipea, dez. 2024. 31 p. (Texto para Discussão, n. 3072). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3072-port>.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia. Brasília, DF: **EMBRAPA**, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV Agro). Agricultura familiar brasileira segundo o Censo de 2017. São Paulo: **FGV Agro**, 2025. Disponível em: <https://agro.fgv.br/noticia/agricultura-familiar-brasileira-segundo-o-censo-de-2017>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8.

GIONGO, Eliandro Bett. **Desafios da sucessão na agricultura familiar: a juventude rural de Lauro Müller/SC**. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2024.



GONÇALVES, Débora Silva Lima *et al.* Entrelaçando gerações: uma revisão sistemática sobre sucessão rural familiar e práticas de agricultura sustentável. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 27, 2025.

GRANDO, Fabiane. **Desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos - PAA - no município de Toledo/PR**. 2023. 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

GREGOLIN, Marcos Roberto *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos–PAA (CONAB). Operacionalização no Território da Cantuquiriguaçu-PR. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 207-230, 2018.

GRISA, Catia. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, 2010.

GRISA, Catia *et al.* Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. **CHAMADA MCTI-CNPQ/MDS-SAGI Nº 24/2013**, p. 164, 2013.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. (Série Estudos Rurais). ISBN 978-85-386-0262-0.

GRISA, Cátia; PORTO, Sílvio Isopo. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180**, 2015.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 469-483, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Compras públicas aumentam a renda de agricultores familiares em até 106%**. Portal Ipea, 07 jan. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15569-compras-publicas-aumentam-a-renda-de-agricultores-familiares-em-ate-106>. Acesso em: 16 dez. 2025.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; SALAMONI, Giancarla. A multifuncionalidade da agricultura familiar: um estudo na localidade da Glória – Canguçu/RS. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 12, n. 28, p. 46-74, dez. 2017. ISSN 1809-6271.

LANDAU, Elena Charlotte *et al.* Saneamento básico em áreas de concentração da agricultura familiar no Brasil. 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1063687/1/GeoSaneamentoCap07.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

LANDAU, Elena Charlotte; SILVA, Gilma Alves da. Variação geográfica da agricultura familiar. In: LANDAU, Elena Charlotte; SILVA, Gilma Alves da; MOURA, Lana; HIRSCH, André; GUIMARÃES, Daniel Pereira (org.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: sistemas agrícolas, paisagem natural e análise**



integrada: Brasil, 2019. Brasília, DF: Embrapa, 2020. cap. 4, p. 93-132. ISBN 978-65-87380-28-7. DOI: 10.35928/978.65.87380-28-7.4.

LIMA, Rômulo Siqueira; NANTES, Rosalina Alves. Governança ambiental e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fomento do PRONAF. **Revista Em Tempo**, v. 24, n. 1, p. 307-329, 2025.

MACEDO, Andre de Camargo. **Desmonte do PAA: efeitos na vulnerabilidade social da agricultura familiar**. 2022. 123 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Orientadores: Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Ricardo Serra Borsatto.

MACHADO, Geovanny; DA SILVA, Luisa Margareth Carneiro. Contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar no Brasil (2015–2025): Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 7, 2025.

MAIA, Joélio Farias; DA SILVA NASCIMENTO, Shirley Grazieli; HANKE, Daniel. Desafios logísticos na produção agrícola familiar em Dom Pedrito–RS, Brasil: um estudo de casos múltiplos. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 2, p. 178-198, 2019.

MESQUITA, Patricia S.; BURSZTYN, Marcel. Food acquisition programs in the Brazilian semi-arid region: benefits to farmers and impacts of climate change. **Food Security**, v. 9, n. 5, p. 1041-1051, 2017.

MESQUITA, Patrícia; MILHORANCE, Carolina. Enfrentando a segurança alimentar e a adaptação às mudanças climáticas em regiões semiáridas: lições do Programa Brasileiro de Aquisição de Alimentos. **Sustentabilidade em debate**, v. 10, p. 30-42, 2019.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. O programa nacional de aquisição de alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Sustainability in Debate**, v. 8, n. 1, p. 67-79, 2017.

MOREIRA, Isabela René Jorge *et al.* Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares e o Mercado Institucional Criado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Minas Gerais, Brasil. MDPI. *Sustentabilidade*. Volume 15, número 6; 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/15/6/5202?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 dez. 2025.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol *et al.* Interface entre agricultura familiar e alimentação escolar: barreiras e mecanismos de enfrentamento na perspectiva de diferentes atores sociais no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 2, p. 325-342, 2017.

MOTA, Diego Azevedo *et al.* Pluriatividade na agricultura familiar: desafios e implicações na sustentabilidade das famílias e assentamentos rurais. **Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976**, v. 15, n. 1, p. 196-208, 2025.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Origem familiar e desigualdade de renda na agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 541-572, dez. 2003. ISSN 0100-0551.



OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa; ASSIS, William Santos de. O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 13, n. 2, p. 35-56, jul./dez. 2019. ISSN 1414-0810.

PASSINI, João Jose; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; ROCHA, Flávio de Matos; KRETER, Ana Cecília. Evolução da Agroindústria Rural Familiar no Brasil: um olhar para a dimensão econômica. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 1, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.18463>.

PAVAN, André Augusto *et al.* Sucessão, invisibilidade e permanência: desafios contemporâneos da agricultura familiar no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 9, p. e9016-e9016, 2025.

PERIN, Gabriela *et al.* **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Brasília: Ipea, set. 2021. 113 p. (Texto para Discussão, n. 2691). DOI: 10.38116/td2691.

PERIN, Gabriela *et al.* Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 1, pág. 9-40, 2022.

PISMEL, Adriana; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: o campo multiorganizacional de implementação dos programas associativos. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022046, 2022.

PORTO, Bárbara Batista; SALES, Bárbara Marques; REZENDE, Sonaly. Saneamento básico em contextos de agricultura familiar. **Revista Dae**, v. 67, n. 220, p. 52-68, 2019.

RIBEIRO, Márcio Bruno; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Péres Rodrigues da. **O papel do crédito rural e da infraestrutura de transportes para o desenvolvimento da agricultura brasileira.** Brasília: Ipea, out. 2019. 44 p. (Texto para Discussão, n. 2521).

ROCHA, Bernardo Almeida; ROCHA, Eduardo Guimarães; ROCHA, Luiz Célio Souza. Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares da comunidade dos Pereira, município de Águas Formosas/MG. **Desafio Online**, v. 11, n. 2, 2023.

RODRIGUES, Priscila de Oliveira; SANTOS, Taíze Carvalho; MELO, Sued Wilma Caldas. Políticas públicas transversais e interseccionais: uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 59., 2021, Brasília, DF; **Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)**, 6., 2021, Brasília, DF. Anais eletrônicos [...]. Brasília, DF: SOBER, 2021.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; DIAS, Marcelo Miná; SOUZA, Washington José de. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. **Mundo agrário**, v. 21, n. 46, p. 137-137, 2020.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo *et al.* Relações intergovernamentais no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): análise sob a perspectiva do federalismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 26, n. 85, 2021.



SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; SOUSA, Washington Jose de. Influência das organizações da agricultura familiar e da assistência técnica pública no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2022, [s. l.]. **Anais eletrônicos do XLVI Encontro da ANPAD**. Maringá: ANPAD, 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília, DF: Ipea, jun. 2019. (Texto para Discussão, n. 2482).

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de; PERIN, Gabriela. O Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios da Amazônia Legal. **Revista de Estudos Brasileños**. DOI: <https://doi.org/10.14201/reb2020715133147>. 2021.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19**. Brasília, DF: Ipea, maio 2020. (Nota Técnica n. 17 (Dirur)).

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **Execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, outubro de 2020. 56 p. (Texto para Discussão, n. 2606). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2606>.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção e a renda dos agricultores familiares. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira (org.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: IPEA, 2023. p. 325-348.

SANTANA, Murilo Barreto; DE OLIVEIRA FERREIRA, Bruno; DE SOUZA, Risia Kaliane Santana. Programa de aquisição de alimentos: Análise do desenvolvimento socioeconômico de agricultores familiares. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 13, n. 37, p. 2, 2020.

SANTOS, Maria Neila Ferreira dos; NASCIMENTO, Francisca Cristina do (coord.). **Políticas públicas e transição agroecológica no Nordeste do Brasil: reflexões a partir de estudos de caso**. Fortaleza: CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, 2014. 224 p.

SANTOS, Leandro de Lima; FERREIRA, Denise Paiva; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Capital social e redes: uma análise dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios diferenciados no Estado de Goiás. **Revista Economia & Gestão**, [s. l.], v. 16, n. 44, p. 138-165, jul./set. 2016.

SANTOS, Vinícius Souza; LUCENA, ARM de. Associativismo e políticas públicas: um estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Frei Vantuy, Ilhéus-BA (2020–2021). **Encontro estadual de história, XI**, 2022.

SILVA, Sandro Pereira. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília: Ipea, abril de 2015. 40 p. (Texto para Discussão, n. 2076).



SILVA, P. V. *et al.* Perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares participantes do PAA no município de diamantino - MT. **Anais do XIX ENGEMA**, 2017.

SILVA JUNIOR, José Antonio Lopes da; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Estudo dos resultados socioeconômicos do PAA para a reprodução social das famílias no assentamento Fação - Cáceres/MT. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 12, n. 2, p. 145-158, jul./dez. 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e252661, 2022.

SILVA, Rita de Cássia de Andrade *et al.* Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) – modalidade leite: concepção, instrumentos e arranjo institucional intersetorial. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 12, n. 8, e951284849, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i8.42849>.

SILVA, Rafaela Santos da *et al.* **Mulheres na Agricultura Familiar: uma breve revisão bibliográfica dos desafios e a luta por oportunidades para o desenvolvimento rural sustentável**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO (ENGEMA), 26., 2024, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: ENGEMA, 2024. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/26/anais/arquivos/232.pdf?v=1766439255>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Vanessa Cristina da; BARIM, Estela Maria; MURTA-NASCIMENTO, Cristiane. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: revisão integrativa. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 35, p. e350106, 2025.

SILVEIRA, Marina Porto Coelho; MONTENEGRO, Rosa Livia Gonçalves; PEREIRA, Patrícia Alves Rosado. Pronaf e desenvolvimento rural: uma análise para minas gerais nos anos de 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, p. e264581, 2023.

SOARES, Francisco Igo Leite *et al.* Perfil socioeconômico de agricultores familiares no Baixo Amazonas: um estudo na feira municipal de Alenquer, Pará, Brasil. **Revista Principia**, v. 59, n. 4, p. 1464-1474, 2022.

SOARES, Panmela *et al.* Benefits and challenges of the public food procurement program: Perspectives of technicians and managers of family farmer organizations in Brazil. **Heliyon**, v. 10, n. 20, 2024.

SOBREIRA, João Batista Santos. Desenvolvimento local a partir da operacionalização do PNAE e PAA: O caso do assentamento Marrecas no Município de São João do Piauí – Piauí. 2020. 87 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/4808>. Acesso em: 26 dez. 2025.

SOUZA, Ariane Figueredo; DE LORETO, Maria das Dores Saraiva. Representações sociais de lideranças institucionais sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7808-7822, 2019.



TAVARES, Ana Luísa Costa *et al.* Desafios na articulação entre agricultores familiares e gestores municipais no fornecimento de alimentos ao PAA e PNAE: um estudo de caso. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, e84935, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2025.84935>. Acesso em: 22 dez. 2025.

TEIXEIRA, Carine Andrade. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA/The weakening of public policies for family agriculture: an analysis of PAA/El debilitamiento de las políticas públicas para la agricultura familiar: un análisis de la PAA. **REVISTA NERA**, v. 26, n. 65, 2023.

THIES, Vanderlei Franck. **Agricultura familiar e mercados institucionais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Coopersol e na Coopovec – RS**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010. DOI: 10.1590/S0104-12902010000400019. ISSN 1984-0470.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, v. 41, p. e49377, 2025.

VIEIRA, Silvia Cristina; BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Shimith. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na Agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015.

WIENKE, Felipe Franz. A noção de agricultura familiar no direito brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 27, n. 1, p. 225-245, 2017.